



ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

APELAÇÃO Nº 5006894-17.2021.8.24.0004/SC

RELATORA: DESEMBARGADORA CLÁUDIA LAMBERT DE FARIA

APELANTE: -----

REPRESENTANTE LEGAL DO APELANTE: -----

APELADO: -----

APELADO: -----

RELATÓRIO

Adoto o relatório da sentença por retratar com fidelidade os atos processuais (**evento 156, SENT1**):

"H.C. da L., devidamente representada por sua genitora, ajuizou ação contra CP Eventos e Transportes, narrando que, contratada a prestação de serviço do réu, empresário individual, para o transporte da menor à escola, em 12.02.2020, ela foi esquecida dentro do veículo por aproximadamente três horas e meia no terceiro dia de aula do ano letivo, quando ainda tinha cinco anos de idade. Requereu a condenação do réu ao pagamento de danos morais no equivalente a quarenta salários mínimos e pugnou pela concessão de justiça gratuita, o que foi deferido apenas provisoriamente.

Tendo havido citação irregular da ré, declarei a nulidade desta no ev. 65 dos autos.

Após, citada a requerida, esta apresentou contestação no ev. 131 impugnando a concessão da justiça gratuita e reconhecendo, no mérito, que a menor foi esquecida, mas por tempo menor do que o narrado pelos autores. Por fim, defendeu a inexistência de dano moral a ser indenizado, pugnando pela improcedência da demanda.

Manifestou-se a parte autora pelo julgamento antecipado da lide.

O Ministério Público manifestou-se pela ausência de interesse institucional no feito."

Sobreveio sentença de parcial procedência nos seguintes termos:

"[...] julgo parcialmente procedente a demanda para condenar CP Eventos e Transportes a indenizar a autora no

valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos morais, devendo incidir sobre este montante juros moratórios de 1% ao mês desde a data do fato até hoje, quando então o débito passará a ser atualizado unicamente pela SELIC. Por consequência, declaro extinto o feito com base no art. 487, I, do CPC.

Diante da sucumbência recíproca, condeno a parte autora no pagamento de 50% das custas processuais e no pagamento de honorários advocatícios ao procurador da ré que fixo em 10% sobre a diferença entre o valor pretendido e aquele pelo qual a ré foi condenada. A ré, por seu turno, suportará o pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios em favor do procurador do autor, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se, se for o caso, o art. 85, § 9º, do CPC.

Em relação à parte beneficiária de justiça gratuita, deverá ser observado o art. 98, § 3º, do CPC."

Insatisfeita, a requerida interpôs recurso de apelação (**evento 166, APELAÇÃO1**). Alega, em síntese, o não cabimento dos danos morais, pois se prontificou a resolver o infortúnio ocorrido com a autora, se desculpou e tomou todos os cuidados necessários com a menor após identificar que esta se encontrava no veículo, além de não se tratar de conduta reiterada, de modo que a situação não passou de mero aborrecimento. Sustenta, ainda, a desproporcionalidade entre o valor fixado e os fatos ocorridos, ensejando o enriquecimento ilícito da parte requerente, além de não possuir condições de arcar com tal montante.

Com isso, postula o afastamento dos danos morais ou a redução do valor arbitrado.

A apelada apresentou contrarrazões (**evento 172, CONTRAZAP1**).

Lavrou parecer pela Douta Procuradoria-Geral de Justiça o Exmo. Sr. Dr. Newton Henrique Trennepohl, manifestando-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso (**evento 14, PROMOÇÃO1** do caderno recursal).

Os autos vieram conclusos para julgamento.

VOTO

O recurso preenche os requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual deve ser conhecido.

No tocante ao mérito, verifica-se que os genitores da

apelada contrataram o serviço de transporte escolar da apelante (**evento 1, OUT10**), aplicando-se, ao caso, o disposto no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, *in verbis*:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. [...]

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: [...]

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Como se vê, a responsabilidade da recorrente é objetiva, necessitando, para a sua configuração, apenas a prova do dano e do nexo de causalidade entre os serviços prestados e o prejuízo suportado pela apelada.

Pois bem.

É incontroverso que, no dia 12/02/2020, a criança adentrou na van por volta de 13:00 hora e deveria ser entregue aos pais às 17:10 horas, ao final do turno escolar. Porém, foi esquecida no veículo, tanto que não compareceu ao colégio (**evento 1, OUT9**). Aliás, a própria apelante confessa, na contestação, que esqueceu a menina, o que, por si só, já evidencia a falha na prestação do seu serviço.

Ademais, a defesa apresentou a seguinte tese (**evento 148, PET1**):

"[...] esclarece a parte ré que, ao retornar para a sua residência as 14:30min. constatou que a menor estava dentro do veículo, diante disso, retirou a menina do interior do transporte, em sua residência, e lhe deu água, acalmou-a e ofereceu os devidos cuidados, posteriormente a menor permaneceu em sua residência brincando até por volta das 16:00 horas, em seguida levou-a até a sua residência para ser entregue aos pais."

Todavia, referida descrição é questionável e não encontra amparo nos elementos constantes do processo. Ora, conforme bem destacado pelo juízo *a quo*, "*a versão, mesmo que acolhida, não afasta o defeito na prestação do serviço. Também não foi apresentada justificativa plausível para a demora em levar a criança para a residência de seus pais ou para o colégio se, como alegado na contestação, foi constatado tão rapidamente que a criança tinha permanecido no veículo.*"

Com efeito, a situação não pode ser tratada como mero aborrecimento, como pretende a apelante. Isso porque a apelada possuía, à época, quatro anos de idade (**evento 1, CERTNASC4**) e se viu

abandonada em um veículo fechado, sozinha, por mais de três horas, sem ventilação, água e comida, estando com sua saúde em risco. Tais fatos certamente lhe causaram muito medo e ansiedade.

Inclusive, se o tempo de permanência no veículo fosse de uma hora, conforme aduz a ré (sem comprovar a assertiva), ainda assim, a circunstância é capaz de causar sofrimento intenso na criança, a qual não tinha idade suficiente para entender o que poderia estar ocorrendo. Saliente-se que, no dia seguinte, a apelada foi examinada no Instituto Geral de Perícias, que atestou a existência de ofensa à integridade corporal (**evento 1, LAUDO11**), sendo crível a informação prestada na inicial de que tentou sair do veículo e acabou se machucando.

Logo, resta configurada a falha da prestação do serviço e os danos morais sofridos pela recorrida daí decorrentes.

Quanto ao valor da indenização, sabe-se que o julgador deve fixá-lo de acordo com o seu arbítrio motivado, respeitando os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, de modo a não causar o enriquecimento indevido da parte beneficiada e nem levar a bancarrota o ofensor.

Nesse passo, cita-se a lição do Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino:

"No arbitramento da indenização por danos extrapatrimoniais, as principais circunstâncias valoradas pelas decisões judiciais, nessa operação de concreção individualizadora, têm sido a gravidade do fato em si, a intensidade do sofrimento da vítima, a culpabilidade do agente responsável, a eventual culpa concorrente da vítima, a condição econômica, social e política das partes envolvidas. (...) Outro critério bastante utilizado na prática judicial é a valorização do bem ou interesse jurídico lesado pelo evento danoso (vida, integridade física, liberdade, honra), consistindo em fixar as indenizações por danos extrapatrimoniais em conformidade com os precedentes que apreciaram casos semelhantes. (...) A vantagem desse método é a preservação da igualdade e da coerência nos julgamentos pelo juiz ou tribunal, assegurando isonomia, porque demandas semelhantes recebem decisões similares, e coerência, pois as sentenças variam na medida em que os casos se diferenciam. Outra vantagem desse critério é permitir a valorização do interesse jurídico lesado (v.g. direito de personalidade atacado), ensejando que a reparação do dano extrapatrimonial guarde uma razoável relação de conformidade com o bem jurídico efetivamente ofendido." (in O arbitramento da indenização por dano moral e a jurisprudência do STJ. Revista Justiça e Cidadania. Edição n. 188. p. 15-16).

Continua, o Ministro, mais a frente, destacando que o arbitramento deve se dar em duas fases:

"Na primeira fase, arbitra-se o valor básico da indenização, considerando-se o interesse jurídico atingido, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (técnica do grupo de casos). Assegura-se, com isso, uma razoável igualdade de tratamento para casos semelhantes, assim como que situações distintas

sejam tratadas desigualmente na medida em que se diferenciam. Na segunda fase, procede-se à fixação definitiva da indenização, ajustando-se o seu montante às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias. Partindo-se da indenização básica, esse valor deve ser elevado ou reduzido de acordo com as circunstâncias particulares do caso (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes) até se alcançar o montante definitivo. Com a utilização desse método bifásico, procede-se a um arbitramento efetivamente equitativo, respeitando-se as circunstâncias e as peculiaridades de cada caso concreto. Chega-se, desse modo, a um ponto de equilíbrio em que as vantagens dos dois critérios estarão presentes. Alcança-se, de um lado, uma razoável correspondência entre o valor da indenização e o interesse jurídico lesado, enquanto, de outro lado, obtém-se um montante correspondente às circunstâncias do caso. Finalmente, a decisão judicial apresenta a devida fundamentação acerca da forma como arbitrou o valor da indenização pelos danos extrapatrimoniais." (in O arbitramento da indenização por dano moral e a jurisprudência do STJ. Revista Justiça e Cidadania. Edição n. 188. p. 17).

Para corroborar, citam-se os seguintes julgados que analisaram situações semelhantes:

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL -APELAÇÃO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - MUNICÍPIO DE ITAÚ DE MINAS - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO - TEORIA DA "FAUTE DU SERVICE" - MENOR DE 04 ANOS ESQUECIDO EM ÔNIBUS ESCOLAR POR HORAS - NEGLIGÊNCIA COMPROVADA - DANO MORAL VERIFICADO - QUANTIFICAÇÃO DO DANO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. Evidenciados o nexo de causalidade entre a negligência do motorista e da monitora do transporte escolar municipal ao esquecer uma criança de apenas 04 (quatro) anos no interior do ônibus escolar, por horas, trancado, sozinho e em local desconhecido; restando incontroversos os danos morais decorrentes desses desastrosos fatos, notadamente diante do histórico de vida do autor que se encontrava em processo de adoção, impõe-se a condenação do Município ao pagamento de indenização, em sede de responsabilidade subjetiva, quando afastadas as hipóteses de caso fortuito e de culpa exclusiva da vítima. O dano moral deriva do próprio fato da lesão na esfera interna do indivíduo, não se exigindo a comprovação de sua existência concreta. Presume-se a existência do dano moral na hipótese de menor que já havia vivenciado o abandono, ser negligenciado em sua custódia por aqueles que tinham esta responsabilidade, sendo esquecido no interior de ônibus escolar que o transportava por horas a fio. Na fixação do "quantum" indenizatório, deve ser levada em conta a extensão do dano, proporcionando à vítima uma satisfação econômica na justa medida do abalo sofrido, não se configurando fonte de enriquecimento sem causa, nem se apresentando inexpressiva, respeitando, assim, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, deverá ser observada a norma do art. 1º-F da Lei nº. 9.494/97, com a redação conferida pela Lei nº. 11.960/09, para fins de cálculo tanto dos juros de mora, quanto da correção monetária. (TJ-MG - AC: 10000220379622001 MG, Relator: Armando Freire, Data de

Julgamento: 12/07/2022, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/07/2022 - grifo meu).

Extrai-se do inteiro teor do voto:

*"[...] sopesando os critérios da equidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, tenho que a **verba indenizatória deve ser arbitrada em R\$10.000,00 (dez mil reais)**. Entendo que a mencionada quantia mostra-se mais coerente com as peculiaridades do caso concreto do que o valor sugerido na peça inicial, respeitando o duplo efeito da reparação, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade." E mais:*

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **CRIANÇA ESQUECIDA DENTRO DO ÔNIBUS ESCOLAR DO MUNICÍPIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELA CUSTÓDIA. COMPROVAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR. ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE DE PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.** - Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição da Republica, a responsabilidade do Estado é objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, respondendo a Administração Pública pelos danos que seus agentes, nessa condição, causarem a terceiros sendo, para tanto, suficiente a prova do nexo de causalidade entre o ato praticado e o dano dele advindo, e desnecessária a comprovação da culpa - Configura dano moral indenizável a situação de esquecimento de criança de tenra idade no interior de ônibus escolar do Município, pois a responsabilidade civil estatal pela integridade dos seus custodiados é eminentemente objetiva - A quantificação do dano moral deve dar-se com prudente arbítrio, para que não haja enriquecimento à custa do empobrecimento alheio, tampouco atribuição em valor irrisório. (TJ-MG - AC: 10692160040840001 MG, Relator: Moacyr Lobato, Data de Julgamento: 30/04/2020, Data de Publicação: 24/07/2020)*

Do corpo do acórdão, retira-se a seguinte passagem:

*"Destarte, atento aos critérios da indenização por danos morais e à vedação do enriquecimento sem causa da vítima, e levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto, hei por bem manter o valor em **R\$10.000,00 (dez mil reais)**."*

Em vista do exposto, considerando inexistirem provas de que o dano se prolongou a ponto da infante ainda apresentar algum sintoma decorrente do dia dos fatos e, ainda, que a requerida não aparenta se tratar de empresa de alta capacidade financeira, tem-se que o valor fixado na sentença a título de danos morais - R\$ 15.000,00 mostra-se excessivo à reparação dos prejuízos experimentados pela apelada e à punição da apelante, motivo pelo qual deve ser minorado para o importe de R\$ 10.000,00, com a incidência de juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento danoso até a publicação desse acórdão.

No tocante à incidência da correção monetária, diante da minoração ora determinada, essa deve ser aplicada a partir da data do presente arbitramento (publicação do acórdão). A partir da publicação da

presente decisão, deve ser observada somente a Taxa Selic, que compreende juros e correção monetária, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp 196.158/CE e Súmula 362).

Por sua vez, considerando que a presente decisão apenas reduziu a quantia fixada a título de danos morais, aplica-se, no caso, a Súmula n. 326 do STJ: *"Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica em sucumbência recíproca"*.

Por fim, tendo em vista o provimento parcial do recurso e, em observância ao disposto no art. 85, § 11, do CPC, não há se falar em fixação de honorários recursais.

Em decorrência, voto no sentido de conhecer voto no sentido de conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, a fim de reduzir o valor dos danos morais para R\$ 10.000,00.

Documento eletrônico assinado por **CLÁUDIA LAMBERT DE FARIA, Desembargadora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc2g.tjsc.jus.br/eproc/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **3547591v27** e do código CRC **53f41760**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CLÁUDIA LAMBERT DE FARIA Data
e Hora: 3/7/2023, às 22:40:5

5006894-17.2021.8.24.0004

3547591.V27